

**Título:** Contra a Extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**Resumo:** Moção pela volta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, não a quebra do pacto firmado com a Constituição de 88. Manutenção da Política de Estado desenvolvida ao longo dos últimos 30 anos. Mais recursos para a Ciência, Tecnologia e Inovação. Investimento de 2% do PIB em CT&I.

**Texto da Moção:** Em 1985 nasceu, como um dos melhores frutos do processo de redemocratização do país, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que, a partir de 2011 incorporou o termo Inovação, expressando a importância da política de desenvolvimento sustentável do país, e se tornou o atual MCTI. Nestas mais de três décadas de existência, o órgão prestou incontáveis serviços ao desenvolvimento nacional contribuindo decisivamente para a formação de recursos humanos de alto nível, a construção e modernização das infraestruturas de pesquisa, o combate às desigualdades regionais e reposicionamento do país em áreas de fronteiras estratégicas. A História registra algumas tentativas de extingui-lo ou desfigura-lo, como a que assistimos ainda no início dos anos 1990, durante o governo Fernando Collor de Mello. Hoje, intelectuais, pesquisadores, comunidade acadêmica são chamados a lutar contra uma nova tentativa de desmanche, que toma a forma da fusão entre MCTI e Ministério das Comunicações. Implementada por um governo interino, a medida foi adotada sem diálogo ou consulta à comunidade científica e acadêmica, e recebe uma avalanche de críticas. As justificativas apresentadas – redução de gastos e proximidade entre as áreas de CT&I e Comunicações – provam-se frágeis. A economia alcançada com a fusão dos ministérios é apenas simbólica ao passo que imprime perda de visibilidade e rebaixamento do status político da área. Também a suposta proximidade entre os ministérios da CT&I e das Comunicações não é bom argumento. É preciso lembrar que o segundo órgão possui atribuições de fiscalizações, regulação e controle que em nada se coadunam à centralidade assumida pelas ações de fomento em um órgão como o MCTI. Diante do retrocesso apresentado, pautamos: Retorno do MCTI ao status de Ministério Autônomo - Não à quebra do pacto firmado com a Constituição. Manutenção da Política de Estado desenvolvida ao longo dos 30 anos. Mais recursos para Ciência, Tecnologia e Inovação. O Brasil deve ter como meta investir 2% do PIB em CT&I; e Fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I.

**Destinatários:** Congresso Nacional e Presidência da República

---